



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**Recorrente: DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A**

**Referente ao Processo nº 15.492/2023**

**Pregão Eletrônico nº 015/2023**

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2023, interposto pela empresa **DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A** inscrita no CNPJ sob o nº 41.644.220/0001-35, com sede na Avenida da Abolição, nº 4166, Mucuripe, Fortaleza/CE, CEP: 60165-082 neste ato representado por seu representante legal.

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I (...)*

*XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:*

### II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 18/12/2023, encerrando-se na mesma data. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entreposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

### III. DA ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 15.492/2023 referente ao pregão eletrônico para registro de preços para Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de link dedicado de Internet, Rede Privada de dados utilizando as tecnologia SD-WAN e MPLS, Segurança da Informação, incluindo os materiais e equipamentos necessários, configuração, ativação, operação e manutenção, além da supervisão e gestão de todos os serviços, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Saquarema nas condições estabelecidas pelo Edital e no Termo de Referência.

Antes de darmos prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 3º da Lei 8.666/93, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão que inabilitou a recorrente DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A

### IV. DOS PEDIDO DA RECORRENTE

**Alega, resumidamente, e após requer que:**

(a) a reforma da decisão recorrida, com a consequente reabilitação da Recorrente no certame, mediante o reconhecimento de que os critérios dos itens 11.10.4 e 11.10.5 do Edital, individualmente, já são suficientes para habilitação econômico-financeira da licitante, considerando também a ilegalidade da exigência cumulativa dos referidos





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

critérios em razão das restrições previstas no art. 31, parágrafos 1º e 5º da Lei nº 8.666/93 e não atendidas no caso concreto;

(b) subsidiariamente, a anulação do procedimento licitatório e da decisão recorrida, ante a manifesta ilegalidade do item 11.10.4 do Edital, com a republicação do Edital removendo a exigência ou adequando-a, de maneira motivada, aos parâmetros de aferição de saúde financeira razoáveis e proporcionais, com reabertura do procedimento licitatório e dos prazos licitatórios.

## V. DA MANIFESTAÇÃO DE ANÁLISE DO RECURSO

A Recorrente alega em fase de recurso que:

*“15. Sob a roupagem de avaliar a boa situação financeira das licitantes, o instrumento convocatório trouxe as seguintes previsões (destacamos, especialmente, os itens 11.10.4 e 11.10.5):*

### 11. DA HABILITAÇÃO

#### 11.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(...)

*11.10.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (ANEXO VI – Análise Econômico-financeira), acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:*

*Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.*

*Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.*



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.*

*Fórmulas*

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

*ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL*

*AC = Ativo Circulante*

*RLP = Realizável à Longo Prazo*

*PC = Passivo Circulante*

*ELP = Exigível à Longo Prazo*

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

*ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL*

*AT = Ativo Total*

*PC = Passivo Circulante*

*ELP = Exigível à Longo Prazo*

$$ILC = AC / PC$$

*ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE*

*AC = Ativo Circulante*

*PC = Passivo Circulante*

*11.10.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através*





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei.*

*16. É certo – e acima já se referiu –, que a Administração Pública pode exigir o atingimento de índices para a demonstração da boa saúde financeira da empresa licitante. Como visto, contudo, o manejo desta prerrogativa não é irrestrito: há condições a serem cumpridas, notadamente diante da necessidade de demonstração de ser indispensável, do ponto de vista técnico, a cumulação de tal exigência com as demais exigências que o art. 31, caput, da Lei nº 8.666/93 reputa como suficientes para qualificação da licitante.*

*17. Nos termos dos parágrafos 1º e 5º do art. 31 da Lei nº 8.666/93, são restrições à exigência de atendimento a determinados índices: (i) a demonstração, por meio de estudos técnicos, da relação do valor do índice exigido com as obrigações financeiras que serão contraídas pela licitante, se vencedora da licitação; (ii) a fixação de valores para os índices em linha com o mercado em que inserido o objeto que se pretende licitar.*

*18. Essa é, inclusive, a posição já consolidada do Tribunal de Contas da União, consubstanciada na Súmula 289; assim redigida:*

*“A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.”*

*19. No caso concreto, contudo, não consta no Edital do pregão eletrônico, seja na minuta principal ou em seus anexos, nenhum estudo técnico que justifique o estabelecimento de índices ILC, ISG e ILC em resultado igual ou superior a 1 (um). Essa ausência de justificativa, por si só, já revela a ilegalidade da exigência de tais índices de forma*



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*cumulada com os demais documentos previstos em lei. Consequentemente, revela também ser ilegal a decisão que, bom base nela, desclassificou a ora Recorrente.*

*20. Com a devida vênia, não se pode admitir a exigência de requisitos de qualificação econômico-financeira para além daqueles previstos restritivamente em lei e sem que sejam atendidos os requisitos legais para tanto, sob pena de violação frontal ao art. 31, 5º da Lei nº 8.666/93 e aos princípios constitucionais supramencionados.*

*21. Além disso, relativamente ao ponto (ii) do item 17 acima, é preciso destacar, com ênfase, que os valores dos índices contábeis exigidos no Edital não estão alinhados ao setor em que se insere o objeto licitado e, nesse passo, pode gerar consequências sérias sobre a competitividade do certame, o que será abordado mais adiante. Por ora, há de se ressaltar a completa irrazoabilidade da exigência de índices de boa saúde financeira em escala igual ou superior a 1, pois se mostra em completo desacordo com a realidade das empresas que atuam no segmento do certame. E essa alegação não se faz apenas em tese. Observe-se das informações abaixo, extraídas dos balanços disponibilizados na internet, que mesmo empresas referenciais no setor não atenderiam aos índices exigidos no edital de pregão eletrônico”*

#### **Resposta ao Recorrente:**

Importante salientar que este pregoeiro está atento aos princípios básicos das licitações e não tem a intenção de comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo de qualquer processo licitatório. Entretanto, no trato dos negócios públicos, o Administrador deve observar as formalidades legais a fim de preservar o interesse público, a segurança das relações jurídicas a constituição de direitos e o erário municipal.

Ainda em preliminar, é importante destacar que esta Prefeitura tem conhecimento que na elaboração do ato convocatório, a Administração deve observar as normas legais e exigir somente o que for indispensável à execução do objeto e à satisfação do interesse público. A própria Constituição da República, ao impor a licitação, permite apenas exigências necessárias e indispensáveis à satisfação da execução do objeto (art. 37, XXI, in fine), comando este que não destoa no art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8.666/93. São vedadas, portanto, exigências excessivas ou impertinentes.





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Ocorre que se houver qualquer modificação para atender a reclamante tornará o edital favorável a participação da recorrente, uma vez que a mesma ao expor seu recurso demonstra fazer solicitações de adaptações ao edital de qualificação econômico-financeira e de julgamento dispares do pré-estabelecido pela administração municipal. Motivos que se atendidos irão de contrapartida a três princípios básicos da licitação: isonomia, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.

A insurgência da recorrente está pautada nas exigências prescrita no item 11.10.4, como segue *in verbis*:

*“11.10.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (ANEXO VI – Análise Econômico-financeira), acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. **Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:***

*Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.*

*Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.*

*Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.” (grifei e negritei)*

Em face do exposto, pela leitura dos termos convocatórios, conclui-se que esta municipalidade, buscou confeccionar um edital que definiu de maneira precisa e objetiva o que realmente contempla o interesse público e de conformidade com os ditames legais, buscando a proposta mais vantajosa e evitando a redução do universo de participantes do



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

procedimento licitatório, preservado, portanto, o referido interesse público e não o interesse particular.

Acontece que, por um lado, a Administração Pública, não pode restringir em demasia o objeto licitado sob pena de frustrar a competitividade. Por outro lado, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem, em virtude de a própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

Alega a interessada que a referida exigência compromete a disputa no certame, de modo que a Administração ficaria prejudicada com a impossibilidade de aferir proposta mais vantajosa, por: *"...mesmo empresas referenciais no setor não atenderiam aos índices exigidos no edital de pregão eletrônico..."* e ainda: *"não se pode admitir a exigência de requisitos de qualificação econômico-financeira para além daqueles previstos restritivamente em lei"*

Pretende a recorrente ver singularizado o edital para que o atenda especificamente seu interesse fim. Diferentemente do que preceitua a Administração Pública, onde o interesse público pautado nos princípios da proporcionalidade, economicidade, discricionariedade, eficiência etc. devem atuar em supremacia aos interesses meta individuais.

Diante da análise dos argumentos levantados no memorial recursal, depreende-se de pronto que se trata tão somente de irresignação pura e simples da recorrente que não possui qualificação econômico-financeira que satisfaça as exigências no edital.

Ainda, para fins de comprovação de adequação do instrumento convocatório ao ordenamento jurídico e cabível ao princípio da legalidade, trago o Art. 31, § 5º da Lei 8.666/93, *in verbis*:

“ § 5o A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.”





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

As fundamentações apresentadas pela impugnante não demonstram preceito legal que amparem tal solicitação, onde claramente se observa interesse particular em alterar o julgamento objetivo deste certame em prol particular, ferindo a isonomia e o julgamento objetivo. Inicialmente cumpre frisar que a estipulação dos requisitos básicos para realização da licitação é uma discricionariedade da Administração, que o fará conforme sua necessidade, levando em consideração as necessidades administrativas, visando sempre o interesse público. O dispositivo legal apresentado pela impugnante, não se adequa ao objeto solicitado no instrumento convocatório.

Sendo todos os serviços demandados no edital do objeto licitado perfeitamente viáveis, se mostrando compatível com a realidade do mercado e da esfera de licitantes que já participaram das licitações realizadas por esta municipalidade. Não parece razoável que a Administração se ajuste às necessidades interpostas de uma determinada empresa, quando o instrumento convocatório atual se mostra perfeitamente capaz de atender ao solicitado no Edital.

Alterar a qualificação econômico-financeira do edital, além de não cabível neste momento, pois comprometeria a legalidade dos atos praticados por este pregoeiro, afetaria completamente a competitividade neste certame, restringindo sua ampla participação, e ainda, conduzindo-se em oposição aos princípios básicos da isonomia entre os licitantes, ainda a diminuição dos índices traz a insegurança da execução com a empresa vencedora, onde índices inferiores a 1 (um) demonstram que a empresa possui grande número de obrigações financeiras, o que põe em risco até mesmo a falência administrativa durante a execução contratual.

Exigir índices de liquidez corrente (ILC), liquidez geral (ILG) e solvência (ISG) maiores que 01 como qualificação econômico-financeira em uma licitação é importante por diversas razões. Esses índices são métricas utilizadas para avaliar a capacidade de uma empresa de honrar seus compromissos financeiros no curto prazo e sua estabilidade financeira como um todo.

Uma empresa com índices contábeis abaixo de 01 indica que possui mais obrigações financeiras do que recursos disponíveis para liquidá-las, o que pode ser um indicativo de problemas de liquidez ou solvência. Isso gera riscos significativos para a execução do contrato de licitação e para toda a cadeia de suprimentos envolvida na execução do contrato.

Uma empresa com baixos índices pode ter dificuldade em cumprir os pagamentos de salários, fornecedores, impostos e outros compromissos financeiros de curto prazo.





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Isso pode levar a atrasos nos prazos de entrega, comprometer a qualidade dos serviços contratados, gerar processos judiciais e penalidades contratuais. Além disso, esses problemas financeiros podem levar a uma deterioração do relacionamento com os fornecedores, o que dificulta a continuidade e o cumprimento contratual

A insolvência também é um risco a ser considerado. Uma empresa com índices contábeis abaixo de 01 pode estar à beira da falência, com dificuldades financeiras tão severas que comprometem sua capacidade de manter suas operações. Nesse caso, há um risco elevado de a empresa ser incapaz de cumprir seus compromissos contratuais, o que prejudicaria a execução do projeto e poderia resultar em ações legais para buscar compensação por parte da contratante.

Em resumo, ao exigir índices de liquidez corrente, liquidez geral e insolvência maiores que 01 como qualificação econômico-financeira, a administração busca garantir que a empresa vencedora da licitação tenha condições financeiras adequadas para cumprir suas obrigações contratuais de forma pontual e eficiente. Isso reduz substancialmente os riscos envolvidos na contratação de uma empresa com problemas financeiros, garantindo maior segurança e tranquilidade durante a execução do contrato.

Os índices econômicos indicados na Lei 8.666/93, notadamente no artigo 31, §§ 1º e 5º, destinam-se, exclusivamente, à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

Temos assim, que os índices comumente adotados em editais de licitação são: Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Endividamento Total (IET) (substituído também pelo ISG - Índice de Solvência Geral), estando, portanto, os indicados no edital em análise dentro da normalidade e habitualidade.

Para os três índices colacionados (ILG, ILC, SG), o resultado ">1" é recomendável e habitual à comprovação da boa situação financeira (o que demonstraria um equilíbrio nas contas da companhia de qualquer setor), sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor, em tese, seria a condição da empresa





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

A “qualificação econômico-financeira”, conforme estabelecido no artigo 31 da Lei 8.666/93, poderá ser apurada, além dos índices (§§ 1º e 5º), por outras formas de avaliação:

- a) Balanço patrimonial (inciso I);
- b) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial etc. (inciso II);
- c) Garantia de proposta (proibida na modalidade pregão) (inciso III);
- d) Capital Social (§ 2º);
- e) Patrimônio Líquido (§ 2º);
- f) Relação de compromissos assumidos pelo licitante (§ 4º).

Da leitura do art. 31, § 5º, da Lei nº 8.666/93, depreende-se, preliminarmente, quatro características a respeito da forma de se apurar a qualificação econômico-financeira do licitante:

- a boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva, ou seja, concreta, exata;
- os índices deverão estar expressos no ato convocatório; e
- será vedada a utilização de índices não adotados usualmente.

É bom lembrar que o que consta no edital é lei, portanto se houver exigência específica dos índices contábeis serem assinados por um contador, o licitante deve cumprir o estabelecido.

E considera-se ainda, que a licitação deve atingir a melhor proposta para a administração, não resumindo-se tão somente ao menor valor, mas a proposta que atenda com maior eficiência as necessidades administrativas.

Cumpre-se de mesmo modo, frisar que o instrumento convocatório foi elaborado de acordo com as solicitações da secretaria requisitante, e previamente seguiu para análise jurídica e parecer, onde não foi identificado vícios ou ilegalidades no documento.

Não há de se questionar que o cumprimento das regras estabelecidas no edital, sendo dever supremo da Administração Pública como também do licitante que participa, até porque a regra do instrumento convocatório está amparada no artigo 3.º da Lei nº 8.666/93.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

O edital cumpre com e adequa-se ao ordenamento jurídico, especialmente à Lei 8.666/93 e a 10.520/02 e ainda, conforme Art. 41 da Lei 8.666/93:

*“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”*

O pregoeiro não pode se desvincular do edital para realizar seus julgamentos, pois o edital é o documento que estabelece as regras e condições para a licitação. O agente é responsável por conduzir o processo licitatório de acordo com as normas previstas no edital, garantindo a igualdade de oportunidades entre os interessados e a transparência do processo.

Desvincular-se do edital significaria que o pregoeiro poderia tomar decisões arbitrárias, fora das regras estabelecidas, o que poderia gerar favoritismo, favorecimento a determinados concorrentes, desigualdade entre os participantes e até mesmo corrupção.

Dessa forma, é essencial que o pregoeiro siga estritamente as diretrizes do edital, avaliando as propostas dos licitantes de acordo com os critérios e exigências estabelecidos. Isso garante a imparcialidade do processo e a segurança jurídica para as partes envolvidas.

#### **Origem do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.**

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, que rege o procedimento licitatório, vejamos:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

*[...]*

*XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;”.*

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência), pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras palavras, dizemos que: **“nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”**

Dito isto, pode se dizer, sob um certo ângulo, que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade deste últimos

Como bem destaca FERNANDA MARINELA, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

*“Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.”*

Contudo, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Por fim, visto que a recorrente não apresentou impugnação ao instrumento convocatório, sobrelevo para a preclusão da licitante em relação ao instrumento convocatório que em tempo de impugnar os autos, somente se manifestou com um pedido de esclarecimento que transcrevo com a resposta:

**Pergunta:**

*“Solicito esclarecimento referente ao edital da Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ nº 015/2023 com data de abertura prevista para o dia 18/12/2023 as 10hr. Conforme item 11.10.4 da Qualificação Econômico-financeiro é solicitado a comprovação da boa situação financeira através dos índices de Liquidez Geral (ILG) de Solvência Geral (ISG) e de Liquidez Corrente (ILC) todos maiores ou igual a 1,00 e no item 11.10.5 é solicitado prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. Entendemos que apresentação de um ou outro item, e não os dois como previsto no edital são suficientes para atendimento desse item. Nosso entendimento está correto?”*

**Resposta:**

*“Informo que em razão ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, qual seja, o presente Edital, os licitantes devem observar as cláusulas editalícias dispostas, apresentando os índices do item 11.10.4 a fim de conferir a qualificação econômico-financeira da licitante cumulada a comprovação do item 11.10.5 referente ao capital*





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total máximo estimado pela administração, de acordo com o art. 31 da Lei 8.666/93 e seus incisos. Acreditamos ter prestado satisfatoriamente os esclarecimentos solicitados, dos quais também estamos dando ciência às demais licitantes, colocando-nos a disposição para futuras elucidações."*

A preclusão é um conceito jurídico que se aplica no processo licitatório, especialmente quando uma licitante tem o interesse em questionar as cláusulas de um edital após a fase de impugnação.

É importante ressaltar que as licitações têm como objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, seguindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nesse contexto, o edital é o documento que estabelece todas as regras e condições para a participação das empresas interessadas na concorrência.

Durante a fase de impugnação do edital, as licitantes têm o direito de questionar eventuais irregularidades ou inconsistências presentes no documento. A administração pública, por sua vez, deverá analisar e responder à impugnação, corrigindo, se for o caso, as falhas apontadas.

Após essa fase, entra em vigor a preclusão, que é o limite temporal para que as licitantes possam questionar as cláusulas do edital ou apresentar seus questionamentos. Isso significa que, uma vez finalizada a fase de impugnação, a licitante não pode mais contestar tais cláusulas e deve adequar-se a todo o conteúdo do edital.

A preclusão é um instituto fundamental no processo licitatório, pois traz segurança jurídica ao procedimento, evitando que haja um prolongamento indefinido de contestações e discussões. Além disso, visa garantir a igualdade de tratamento entre os licitantes, permitindo que todos sejam submetidos às mesmas regras e prazos.

Ao questionar as cláusulas do edital após a fase de impugnação, a licitante poderá ser considerada preclusa, ou seja, terá perdido o direito de contestar essas cláusulas, inclusive judicialmente. A preclusão funciona como uma espécie de "prazo fatal", em que qualquer contestação posterior é considerada intempestiva.

Dessa forma, é essencial que as licitantes analisem minuciosamente o edital ainda na fase de impugnação, a fim de identificar eventuais irregularidades e requerer



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

as devidas correções dentro do prazo estabelecido. Caso contrário, estarão sujeitas às consequências da preclusão, que podem incluir a perda da oportunidade de participar do processo licitatório ou a impossibilidade de questionar as cláusulas do edital.

Em suma, a preclusão é um instrumento que estabelece prazos e limites temporais para que as licitantes possam questionar as cláusulas de um edital. Após a fase de impugnação, é essencial que as empresas analisem detalhadamente o documento e, caso tenham alguma contestação, apresentem-na dentro do prazo estabelecido. Caso contrário, estarão sujeitas às consequências da preclusão.

### **Da inaptidão técnica da recorrente.**

Em análise acurada à documentação apresentada pela recorrente, também é possível verificar que não atendeu ao item 11.11.10 do edital, uma vez que não possui atestados com serviço "LINK DE ACESSO À INTERNET BACKUP" conforme solicitado em edital e item 11.11.3 por apresentar certidão do CREA/CE desatualizada com relação ao valor do capital social da empresa (no corpo da certidão é possível ler "*Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos*").

Por todo dito, entendo que o presente recurso não merece prosperar, considerando todas as fundamentações acima apresentadas.

### **CONCLUSÃO**

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito **nego-lhe provimento**.

Firmo que a recorrente **NÃO ASSISTE RAZÃO** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 015/2023.





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Mantenho a decisão em declarar inabilitada a licitante **DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A** pelo descumprimento do item 11.10.4 do edital.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer e posteriormente à autoridade competente para ciência e decisão final relativa ao certame.

Saquarema, 04 de janeiro de 2023.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro  
*Guilherme V. e Castro*  
Diretor Adjunto de Licitação  
11/01/2023 8:09



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-CE**

**Nº 298295/2023**

**Emissão: 15/03/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: Ca08a**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará**

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Engenharia e Agronomia do Ceará - CREA-CE, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

**Interessado(a)**

Empresa: DB3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A

CNPJ: 41.644.220/0001-35

Registro: 0000359343

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 207.983.567,78

Data do Capital: 01/02/2023

Faixa: 7

Objetivo Social: (I) SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA; (II) LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS; BEM COMO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO; (III) REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO; (IV) PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES; (V) PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO DE INTERNET - VOIP; (VI) DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA; (VII) TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET; (VIII) PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET; (IX) SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC; (X) CONSTRUÇÕES DE ESTAÇÕES E REDES DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO; (XI) ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR; (XII) ATIVIDADE DE HOLDING, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS E A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS; (XIII) CORRETAGEM NO ALUGUEL DE IMÓVEIS; (XIV) GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA; (XV) ATIVIDADES DE COBRANÇAS E INFORMAÇÕES. OBS.: A EMPRESA POSSUI AS SEGUINTE FILIAIS: FILIAL VIII: AVENIDA EDUARDO MCCLAIN Nº 440, SALAS 605 E 606, BAIRRO TRIÂNGULO, JUAZEIRO DO NORTE/CE, CEP 63.041-175, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº 41.644.220/0007-20 E NIRE 239003530970; FILIAL XX: RODOVIA BR 020, KM 14,5 Nº 6353, LOJA 1, CAUCAIA/CE, CEP: 61.614-7000, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº 41.644.220/0027-74 E NIRE 239006917875; FILIAL XXI: RODOVIA BR 116, 2555, MODU 14, ESCRITÓRIO, PARQUE IRACEMA, FORTALEZA/CE, CEP: 60.824-115, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº 41.644.220/0028-55 NIRE 239006948773.

Restrições Relativas ao Objetivo Social:

Endereço Matriz: AVENIDA DA ABOLIÇÃO, 4166, MUCURIBE, FORTALEZA, CE, 60165082

Tipo de Registro: Registro de Empresa

Data Inicial: 10/10/2002

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 35934

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

**Informações / Notas**

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Os profissionais constantes na presente certidão também são responsáveis técnicos ou integrantes do quadro técnico das seguintes empresas registradas no CREA-CE:  
Lista da(s) Empresa(s): MEGA CONTROLS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - 07.525.262/0001-19; MOB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - 07.870.094/0001-07;

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2023 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsáveis Técnicos**

Profissional: ROBERTO ROCHA COSTA

Registro: 0600121127

CPF: 626.\*\*\*.\*\*\*-49

Data Início: 02/03/2016

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA

Atribuição: ATIVIDADES DO ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO Nº 218/73-CONFEEA.







**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-CE**

**Nº 298295/2023**

**Emissão: 15/03/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: Ca08a**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará**

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

---

9

